

# O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo processo de obras

Pedro Brochado de Almeida



# O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo processo de obras

Pedro Brochado de Almeida

O Forte de S. João Baptista, até ao momento em que iniciámos o seu estudo sistemático, mantinha oculto alguns dos seus pormenores históricos ou, em contrapartida, induzia em erro todos os investigadores que, superficialmente, por ele se interessaram. A razão para este comportamento, que não é diferente da totalidade das estruturas arquitectónicas sem um estudo digno desse nome, prendia-se única e exclusivamente com a falta de alguém que procedesse à concretização da sua monografia.

O estudo do forte de S. João Baptista de Vila do Conde encerrava, à partida, três problemas de difícil resolução. O primeiro prendia-se com a incapacidade de fornecer-nos uma data precisa para o início das obras. Um outro, baseava-se no desconhecimento do nome do autor dos planos de engenharia militar que deram forma àquele forte abaluartado. Por último, não éramos capazes de fornecer o nome de quem terá superintendido, na fase inicial, as obras realizadas.

O esforço desenvolvido, em busca de documentação histórica, pagou os seus dividendos quando nos foi permitindo superar, umas mais do que outras, as incógnitas que ensombavam o nosso propósito. O processo, sem embargo, não se encontra completo, mas antes em construção pelo que os dados agora apresentados só poderão ser parciais e nunca finais.

O início dos trabalhos de fortificação da foz do rio Ave, apesar de ainda não ter sido completamente esclarecido, deverá, ao contrário do que é afirmado por Rafael Moreira<sup>1</sup> – 1613 – rondar entre os anos de 1570 e 1571.

A documentação histórica conhecida sobre o forte de S. João Baptista de Vila do Conde, contudo, silencia-se quando se procura definir a data precisa para o início das obras de construção.

A primeira referência documental onde se indica o andamento de obras militares na foz do rio Ave fomos encontrá-la numa deliberação camarária de 13 de Agosto de 1573. Nela a edilidade decidiu pedir ao monarca a isenção do pagamento da finta que pendia sobre os moradores da vila, a qual tinha como objectivo a reparação das pontes de Fragoso e Lagocinha, sob o pretexto da sobrecarga fiscal dos contribuintes. Estes já estavam obrigados a pagar a pólvora, o chumbo e as armas destinadas à defesa da vila acrescentando-se ainda a contribuição para a construção da fortaleza junto à barra do Ave, peça fundamental para a sua defesa<sup>2</sup>. A leitura deste documento deixa bem claro que o forte, àquela data, já se encontrava em construção.

Sabemos, por outro lado, que a 21 de Abril de 1570, D. Sebastião manifestou a sua intenção de fortificar, em missiva enviada à autarquia, “...*todos os logares da costa de Portugal*

<sup>1</sup> MOREIRA, Rafael, A Arquitectura Militar, in “História da Arte em Portugal”, Vol. VII, Lisboa, 1986.

<sup>2</sup> AHVC, Livro 21 do registo de actas das sessões da Câmara (1571-1578); PILOTO, Adelina, *Maria da Fonte. A sedição popular em terras de marinheiros, poetas e rendilheiras*, Vila do Conde, 1998, p. 72.

*que estão da villa de Cascaes ate a villa de Caminha...*”. Para o efeito enviava um homem da sua confiança, João Gomes Silva, o qual inspeccionaria os ditos locais<sup>3</sup>. Um documento similar foi encontrado para o Porto<sup>4</sup>.

O nome de João Gomes Silva aparece associado ao cargo de vedor das obras do Forte de S. João da Foz que, segundo um apontamento de Francisco Dias, terão tido início a 16 de Agosto de 1570<sup>5</sup>. Este facto associado à referência do seu envio, no mesmo ano, a Vila do Conde, leva-nos a suspeitar que esta personagem tenha sido, de igual modo, o vedor das obras militares da foz do Ave. Introduz-nos, também, à possibilidade das obras do forte de S. João Baptista de Vila do Conde terem tido início entre os finais de 1570 e os inícios de 1571. Uma datação mais rigorosa, contudo, só será conseguida caso se possa resgatar algum elemento documental, até agora desconhecido, que aponte para uma cronologia mais apertada.

A autoria do projecto da planta do forte de S. João Baptista de Vila do Conde, tal como a data da sua fundação, encontrava-se envolta num mistério de difícil resolução. Por outras palavras, desconhecia-se o autor do seu desenho arquitectónico, apesar de alguns historiadores<sup>6</sup> afirmarem, sem terem provas concretas, que Felipe Terzio seria o responsável.

Na realidade aquele arquitecto italiano, que veio até Portugal em 1576 para substituir o Tommazo Benedetto<sup>7</sup>, esteve em Vila do Conde. A sua visita, em 1592 e a pedido da edilidade, ficou a dever-se à perspectiva de dotar a foz do rio Ave com um molhe que protegesse a entrada dos barcos que se dirigiam à alfândega régia.

A sua estadia ficou registada numa deliberação camarária de 22 de Novembro onde se justifica o gasto de 12 mil reis com a acomodação do arquitecto e seus acompanhantes. O documento é ainda mais explícito quando afirma que o arquitecto veio até Vila do Conde, na sequência dos trabalhos já iniciados, “...*tomar conhecimento do sitio e do molhe della* ...”<sup>8</sup>. Perante a leitura deste documento somos levados a pensar que o molhe da foz do Ave, à altura já em execução, seria o motivo pelo qual o arquitecto se dirigiu até Vila do Conde. Paralelamente, não existe nenhum documento que manifeste a sua participação nas obras de fortificação da barra do Ave.

A prova cabal que impossibilita a sustentação da hipótese de Filipe Terzio ter sido o autor dos planos de fortificação da foz do rio Ave fomos encontrá-la, depois de termos conseguido determinar com alguma segurança o início das obras, numa simples operação dedutiva. Filipe Terzio chegou a Portugal, como já o dissemos, em 1576 mas o forte de S. João Baptista já se encontrava em execução, no mínimo em 1573<sup>9</sup>. Deste modo, ele não poderá ser o criador dos planos da fortificação da foz do Ave porque ainda não tinha pisado solo lusitano

<sup>3</sup> AHVC, N.º 14, Pasta 2, A-73, fl. 1-1v.

<sup>4</sup> Corpus Codicum, Vol. 4, pp. 109-110.

<sup>5</sup> Barroca, Mário, as fortificações do litoral Portuense, in “coleção Portucale” Ed. in, Porto, 2001, p. 62.

<sup>6</sup> AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa n.º 22, n.º 31, ano de 1850; CARDOSO, Pe Luís, *Vila do Conde, Memórias Paroquiais de 1758*, in “Diccionario Geografico”, Vol. 40, n.º195, p. 161; DACIANO, Bertino, GUIMARÃES, R. S. FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha, *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde, IV, O Castelo de Vila do Conde*, Porto, 1953, p.23; NEVES, Joaquim Pacheco, *Vila do Conde*, Vila do Conde, 1987, p 83.

<sup>7</sup> VITERBO, Sousa, *Diccionario histórico monumental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 1922, pp. 93-101 e 422-424.

<sup>8</sup> AHVC, N.º 1709, Livro do Cofre dos Sobejos e das Sisas (1589-1592).

<sup>9</sup> AHVC, N.º 21, Livro do registo de actas das sessões da Câmara (1571-1578); PILOTO, Adelina, *Maria da Fonte. A sediação popular em terras de marinheiros, poetas e rendilheiras*, Vila do Conde, 1998, p. 72.

quando as obras arrancaram.

Quem é, então, o responsável pela delineação do forte?

Para respondermos a esta questão teremos que recuar até aos últimos anos da regência do Cardeal D. Henrique, ao momento em que as chefias governativas e militares tomaram consciência da fragilidade defensiva do país perante ataques corsários. As notícias da queda de Santa Cruz do Cabo Gué (Agadir) - 1540 - em mãos de corsários teve de benéfico a capacidade de despertar o Reino para a necessidade de adaptar o seu sistema defensivo, baseado em estruturas medievais, indefesa perante a pirobalística, as novas realidades militares. Em 1566, altura em que se deu o ataque corsário a Montluc, Portugal Continental era servido unicamente por três estruturas abaluartadas e nem todas estariam terminadas: Forte do Pinhão (Lagos), Forte de S. Julião da Barra (Lisboa) e Fortaleza de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Luz (Cascais)<sup>10</sup>.

Esta realidade desoladora motivou que o Cardeal D. Henrique ordenasse a organização de três expedições que coligissem informação acerca das necessidades de defesa do reino e, dentro destas, definir prioridades. A primeira, liderada por Tommaso Benedetto e Pompeu Ardício, partiu na Primavera de 1567 de Lisboa em direcção à ilha da Madeira. Simão de Ruão liderou a segunda expedição que, no Outono de 1567, se dirigiu para o Entre-Douro-e-Minho, enquanto Afonso Álvares encaminhou-se para o sul, nomeadamente para a bacia do Sado e costa algarvia.<sup>11</sup>

De todas as expedições mencionadas o nosso interesse recai sobre a segunda, aquela que, segundo o nosso entendimento, será a responsável pela fortificação da foz do rio Ave.

Um documento régio dirigido à Câmara do Porto, datado de 13 de Outubro de 1567, atesta a presença de Simão de Ruão na cidade. Nele D. Sebastião refere que Simão de Ruão fora enviado a “...*essa cidade pera tirar o sitio do porto della, e tomar as informaçois que pera isso forem necessarias...*”. Recomendava, igualmente, o fornecimento de “...*informaçois que a vos elle pedir assi do dito sitio como acerca das achegas das obras dessa çidade...*”<sup>12</sup>

O envio de Simão de Ruão para a Índia em 1568 atrasou o início das obras nos três pontos que este havia estabelecido como prioridade: Foz do rio Douro, foz do rio Ave e foz do rio Lima. Os projectos de S. João da Foz (Porto) e de Santiago da Barra (Viana) começaram a ser implementados por volta de 1570, enquanto que o de Vila do Conde se encontrava comprovadamente em andamento em 1573. A escolha destas três localizações estará, certamente, ligado ao tráfego marítimo que se esgueirava pelas suas barras para, em segurança, descarregarem a mercadoria numa das três maiores alfândegas do norte do país.

Somos, por isso, da opinião que Simão de Ruão, mercê da sua visita ao Norte do país, será o responsável pela escolha da foz do rio Ave como localização a fortificar e, mais do que isso, será o arquitecto que terá riscado a sua planta. Aliás, fomos encontrar uma outra prova para esta nossa afirmação numa planta de Vila do Conde delineada, cerca de 1568, por Simão de Ruão. Este mapa, sem embargo, encontra-se truncado faltando-lhe a metade ocidental, a mesma onde estaria desenhado o primeiro esboço do forte de S. João Baptista de Vila do

<sup>10</sup> BARROCA, Mário, *As fortificações do litoral Portuense*, in “Colecção Portucale, Ed. Inapa, Porto, 2001, pp. 59-60.

<sup>11</sup> *Ibidem*, pp. 60.

<sup>12</sup> *Ibidem*

Conde<sup>13</sup>. O desaparecimento de uma parte daquele mapa poderá e acabamos de entrar no campo meramente especulativo, corresponder ao fragmento que terá sido entregue ao vedor das obras para este poder executar o plano de arquitectura tal como ele havia sido delineado.

Esclarecida, dentro da medida do possível, a paternidade do forte de S. João Baptista de Vila do Conde passaremos, de seguida, a desvendar resumidamente as diversas fases por que passou a construção daquele estrutura militar abaluartada.

O arranque das obras terá sido, ao que parece, procedido pela falta crónica de verbas. Esta situação contribuiu para que o andamento das mesmas fosse lento ao que, também, não será alheio a questão da sucessão de D. Sebastião e mais tarde do Cardeal D. Henrique. O período político conturbado que se seguiu à aclamação de D. Filipe I de Portugal não terá sido propício para a construção de estruturas militares que, em caso de revolta, poderiam ser utilizadas contra o monarca indesejado por alguns sectores da sociedade portuguesa..

O esquecimento a que foi votado só terá sido ultrapassado, num período em que o reinado de D. Filipe I já estava consolidado, aquando da visita de Filipe Terzio a Vila do Conde. Embora não exista documentação que comprove a interferência daquele arquitecto nas obras do forte da foz do Ave é certo que a 22 de Maio de 1593 – cerca de seis meses após a sua estadia em Vila do Conde e numa altura em que as obras estavam estagnadas - reuniram-se várias personalidades com o intuito de decidir a resposta a um ofício régio onde se atribuía à população a responsabilidade de construção da fortaleza.<sup>14</sup>

Em deliberação camarária foi acordado que na carta de resposta, a edilidade explicaria a impossibilidade da vila suportar a totalidade das despesas, até porque “... *estava mui pobre ...e não tem termo algum...*” e a instalação militar “...*não era de particular proveito e utilidade desta vila, mas era universal proveito de todas...*”. Não se escusava, contudo, em contribuir com a quantia possível<sup>15</sup>.

A documentação histórica disponível, embora não seja totalmente clara, permite-nos pensar que, a partir deste momento, as obras entrariam numa nova fase construtiva. Esta, contudo, não seria a última nem se prolongaria por muito tempo.

No dia 2 de Setembro de 1627 foi firmado um contrato de emprazamento entre o Convento de Santa Clara e o Governador do forte de S. João Baptista de Vila do Conde. A abadessa entregava, por tempo indeterminado, o direito útil sobre o rossio que envolvia toda a estrutura defensiva. Ao firmarem este contrato, o responsável pela fortaleza conseguiu criar uma cintura de segurança em sua volta e impedir o corte de pedra e de saibro nas suas proximidades. A única excepção era a extracção de pedra para a fortaleza<sup>16</sup>. Este documento, de forma indirecta, vem alertar-nos para o facto do forte se encontrar incompleto.

A 3 de Maio de 1641 foi emitido, pelo punho de D. Gastão Coutinho – membro do Conselho da Guerra e Capitão-Geral de Entre-Douro-e-Minho - uma ordem para se trabalhar no sentido de concluir as obras no forte da foz do rio Ave. O ofício era claro. “...*mando os*

<sup>13</sup> MOREIRA, Rafael, *Os grandes sistemas fortificados*, in “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa”, Porto, 1994, pp. 152-153. Este planta manuscrita e colorida sobre papel encontra-se depositada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob a cota CAM. 4-2 (n.º1).

<sup>14</sup> AHVC, N.º 23, Livro de registo das actas das sessões da Câmara.

<sup>15</sup> AHVC, N.º 23, Livro de registo das actas das sessões da Câmara.

<sup>16</sup> AHVC, N.º 123, Livro de registo geral.

*oficiais de justiça e guerra de Villa do Conde que levantem de terra e faxina e pedra o lanço da fortaleza que esta por acabar de modo que não possa ser assaltada ...*<sup>17</sup>. À emissão desta ordem não serão alheias, como será de esperar, as Guerras da Restauração e a necessidade de dotar o país de um sistema defensivo eficaz, capaz de resistir ao assédio inimigo. Assistiu-se, portanto, ao fenómeno inverso ao de 1580.

A responsabilidade da conclusão das obras foi atribuída às populações da ordenança e do distrito que, em caso de incumprimento, seriam multados em 100 cruzados cada um. Os moradores ficavam, também, com a responsabilidade de contratarem um artilheiro contínuo, que zelaria pela defesa da costa marítima e do estuário do Ave. A compra de pólvora e de munições seria realizada com o dinheiro proveniente do cofre das sisas<sup>18</sup>.

As obras arrancaram de imediato. A comprová-lo está o pagamento, em 31 de Junho de 1641, de uma verba que rondava os 3.600 reais a Francisco do Couto de Azevedo, responsável pela empreitada. No dia 23 de Agosto de 1641 foram entregues mais 20.000 reais a José Manuel Gaio para pagamentos das despesas com a obra militar<sup>19</sup>.

Estamos certos que esta nova fase de obras não teve seguimento por muitos meses, até porque em 26 de Agosto de 1642 o capitão do forte comunicou à Câmara do Conselho da Guerra “...a necessidade de que havia de se acudir aquella obra, por que no inverno se não arruinasse o que se fez no Verão passado...”<sup>20</sup>. Fica, portanto, claro que em 1642 já não se procediam a trabalhos no forte de S. João Baptista.

Passou-se um século até encontrarmos novas referências documentais à execução de obras naquele forte. Não queremos com isto dizer que elas não existiram mas, ao que sabemos, não há documentação que as comprove.

Obedecendo a uma ordem régia, Francisco de Barros visitou a fortaleza para avaliar as circunstâncias em que se encontrava o dito equipamento militar. O resultado dessa visita foi relatada a D. José I por ofício, datado de 14 de Dezembro de 1759, onde se relatam as deficiências detectadas e o montante necessário para as debelar: cerca de 959.000 reis.

A leitura deste documento alertou-nos para o facto da fortaleza ainda não estar acabada. O baluarte de Santa Bárbara, localizado na extremidade nordeste da fortaleza, estava inacabado e não permitia comunicação com os demais. Terminá-lo implicava o dispêndio de 420.000 reais, a maior fatia da verba pedida<sup>21</sup>. Aliás, esta situação também é patente num desenho do forte delineado em 1758 por Gonçalo Luís da Silva Brandão<sup>22</sup>.

A conclusão das obras, por estranho que pareça, só se efectivou no ano de 1793. Por outras palavras, foram necessários cerca de 233 anos para construir o forte de S. João Baptista de Vila do Conde. Nesta altura já se procedia, por exemplo, à ampliação do forte de Santiago da Barra de Viana do Castelo.

Os trabalhadores que terminaram o forte encontraram, quando aí chegaram, uma

<sup>17</sup> AHVC, N.º 124, Livro de registo geral.

<sup>18</sup> AHVC, N.º 124, Livro de registo geral.

<sup>19</sup> AHVC, N.º 1711, Livro do cofre das sisas.

<sup>20</sup> ANTT, Conselho da Guerra, maço 2-D, caixa 24, doc. 266.

<sup>21</sup> AHM, 3ª Div., 9 Sec., N.º D1, Caixa 20.

<sup>22</sup> BRANDÃO, Gonçalo Luís da Silva, *Topografia da Fronteira, Praças e seus contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Provincia de Entre Douro e Minho*, Porto, BPMP, 1994.

estrutura em mau estado de conservação, à “...*excepção de hum baluarte da parte da que desde o princípio ficou incompleto...*”. Em Novembro de 1793 o forte de S. João Baptista de Vila do Conde estava, finalmente, concluído.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> AHM, 3ª Div., 9 Sec., N.º 14, Caixa 2.